



di →
MATEIRO
Lange
Rob

MUNICÍPIO DE ALMEIDA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2023
ATA N.º 12/2023

ABERTURA

Ao vigésimo sexto dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, na freguesia de Malpartida, no Salão da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha, sito no Largo da Igreja, em Malpartida, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Professor António Baptista Ribeiro, sendo a mesa composta ainda, pelo Senhor João Paulo Pires Rolim, na qualidade de Primeiro Secretário e da Senhora Mariana de Almeida Estevão, na qualidade de Segundo Secretário.

Estando reunidas as condições legais necessárias ao regular funcionamento da Assembleia, eram nove horas e quarenta e cinco minutos, quando foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, dando-se de seguida, início aos trabalhos, começando o mesmo por cumprimentar todos os presentes e agradecer à anfitriã, a Senhora Rosa Maria Ferreira, Presidente da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha por recebe-los na sua terra, Malpartida.

AUSÊNCIAS

A sessão teve início com a verificação de presenças e ausências, tendo-se verificado a falta de Isabel Maria dos Santos Pereira, Paulo Alexandre Pereira Cardoso, Presidente de Junta de Freguesia de Freixo e de António Joaquim Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro do Rio Seco.

Relativamente à composição da Assembleia Municipal, em matéria de pedidos de substituições informou o Senhor Presidente da comunicação de substituição da Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Almeida, Sónia Carvalho Pereira de Jesus Cunha pelo Senhor Pedro Miguel Espinha Mota, Primeiro Secretário, e do Senhor Presidente da União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela, pelo Senhor José Manuel

Ribeiro Caramelo, Primeiro Secretário, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Do Executivo Camarário estiveram presentes o Presidente da Câmara, António José Monteiro Machado, o Vice-Presidente Alcino Miguel dos Santos Morgado e os Vereadores Maria da Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro, Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves e Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho.

o
Alcino
Carmelo
Ribeiro

ORDEM DO DIA

Verificadas as presenças e dada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – Período Antes da Ordem do Dia

- 1 Leitura e Aprovação de Atas de Sessões Anteriores – Votação;
- 2 Expediente e Assuntos de Interesse Autárquico – Conhecimento;
- 3 Inscrição de membros da Assembleia para o Período de Antes da Ordem do Dia

II – Ordem do Dia

- 1 Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo – *Para conhecimento;*
(Alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)
- 2 Adesão do Município de Almeida à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago – *Apreciação e Votação;*
- 3 Carta Educativa do Município de Almeida - *Apreciação e Votação;*
- 4 Modificação aos Documentos Previsionais n.º 10, 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023 – *Apreciação e Votação;*
- 5 1.ª Alteração ao Mapa Pessoal de 2023 - *Apreciação e Votação;*
- 6 Transferências de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias - *Apreciação e Votação;*
- 7 Águas do Vale do Tejo, S.A. – Pedido de Declaração de Nulidade de Sentença do tribunal Arbitral – Conhecimento – *Para conhecimento;*

III – Período de Intervenção destinado ao público;

(Artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal)

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - Leitura e Aprovação de Atas de Sessões Anteriores

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, em ordem ao estatuído no n.º 2 do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, deu conta das atas das sessões anteriores, a ata n.º 10, relativa à sessão extraordinária de dia 25 de abril e a ata n.º 11, relativa à sessão ordinária de dia 28 de abril de 2023, tendo as mesmas sido colocadas à apreciação dos membros do órgão.

OT
Luis
Janet
Rob

Pediu para intervir o deputado António Frias, referindo que na ata da sessão ordinária de 28 de abril, na página catorze, no primeiro parágrafo, nas últimas três linhas onde se lê "(...) na situação dos contratos adjudicados não aparece" se deve ler "(...) na situação dos contratos adjudicados aparece", pois foi isso que ele disse, defendeu. Pediu também a correção, onde se lê "(...) que foi da Recriação Histórica do Cerco de Almeida" para "a Feira de Caça e Pesca de Vilar Formoso 2022", pois, se não está em erro foi isso que lhe foi respondido, pelo que pediu que fossem ouvidas as gravações para que sejam esclarecidas as duas questões, dependendo o seu sentido de voto daquilo que estiver efetivamente gravado.

Proposta a votação, foi aprovada, por unanimidade, a ata n.º 10, relativa à sessão extraordinária de dia 25 de abril.

Proposta a votação, foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Senhor Guilherme Abranches, a ata n.º 11, relativa à sessão ordinária de dia 28 de abril de 2023.

2 - Expediente e Assuntos de Interesse Autárquico

Não foram apresentados.

3 - Inscrição de membros da Assembleia para o Período de Antes da Ordem do Dia

Antes de iniciar a inscrição para as intervenções, pediu para intervir o senhor Presidente da Câmara, no sentido de cumprimentar todos os membros e a Mesa da Assembleia, agradecendo a receção da Presidente da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha e para apresentar um pedido para que fosse introduzido na Ordem do Dia um assunto, o qual designou como "Pedido de Declaração de Interesse Municipal para Operador Turístico das Rotas Equestres, prestado pelo Picadeiro d'El Rey, no Concelho de Almeida". Referiu que as Aldeias Históricas lhe estão a solicitar aquela declaração, por forma a que esta candidatura possa merecer a aprovação final.

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Jaime Varelas, que no uso da palavra perguntou qual o ponto de situação do Quartel das Esquadras, se estão previstos pontos de carregamento elétrico no Município e qual o ponto de situação da construção das ETAR'S (Estação de Tratamento de Águas Residuais) que estão contempladas no Orçamento Municipal.

Seguidamente, cedeu a palavra ao Presidente de Junta de Freguesia de Vilar Formoso, Senhor André Silva, que questionou, relativamente à Ribeira dos Toirões, se o Município está a pensar fazer algum tipo de intervenção este ano. Questionou também para quando a reparação ao fundo do Túnel. Afirmou que gostaria de “deixar um desabafo”, referindo que “existe uma preocupação muito grande de limpeza nas vias principais, mas não nas vias secundárias”.

Handwritten notes in blue ink:
- A checkmark and a horizontal line at the top.
- The name "Manuel" written vertically.
- The name "Linda" written vertically.
- The name "Rafael" written vertically.

Continuando, tomou a palavra a Senhora Rosa Ferreira, Presidente da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha, que relatou sobre o estado degradado da estrada de ligação Almeida – Malpartida pois a mesma já foi bastante reparada, continua com muitos buracos e está, presentemente, com 3 ruturas que permanecem por compor há já dois meses. Disse pretender saber se já tem solução ou alguma resposta para o assunto.

Interveio, de seguida, o Senhor Manuel Gomes, para saber o ponto de situação do Projeto do Parque TIR e para saber também o que é que o concelho de Almeida vai ganhar com o Programa PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Mais referiu, ter ouvido notícias de que as muralhas de Castelo Mendo serão integradas neste Plano, questionando se será verdade ou não.

Interveio o Senhor José Gonçalves procurando saber, depois da realização do ato público da Constituição da Eurocidade Porta da Europa e de ter sido apresentada publicamente a Eurocidade no auditório, que iniciativas ou ações é que estão a ser trabalhadas. De seguida, questionou o que vai ser feito pelo Município para reparar a situação de vandalismo que a máquina BA 101 foi sujeita e para se acautelarem situações futuras. Dada a aproximação das Jornadas Mundiais da Juventude e do facto de Vilar Formoso ser uma porta de entrada no País, perguntou que estratégia tem o Município para estas Jornadas, quais as iniciativas previstas e que compromissos foram assinados no Protocolo assinado a 2 de julho de 2022. Por último, questionou sobre um assunto já anteriormente falado pelo Presidente de Junta de Vilar Formoso e que diz respeito ao cruzamento da Rua do Túnel e da Rua das Morganheiras, naquela localidade, onde subsistem problemas com a pavimentação, pretendendo saber quando é que o problema estrutural ficará resolvido.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder que, em relação ao Quartel das Esquadras, foi feita a avaliação que lhes foi solicitada, remetendo a mesma ao Turismo de Portugal. Foi feita uma nova avaliação porque o valor primeiramente calculado era um valor tido como demasiado elevado para fazer a contratualização e o lançamento do concurso. Referiu que tem conhecimento, embora não oficial, de que já foi feita a avaliação e está em condições de ser lançado o concurso, mas ainda não foi lançado nem publicado. É um programa REVIVE e tem de haver o lançamento por parte do Turismo de Portugal para tentar captar investidores que possam captar interessados.

Relativamente aos pontos de carregamento, respondeu que vão existir pontos de carregamento e em algumas das obras que estão a realizar já estão a deixar as infraestruturas preparadas para o efeito. Referiu que há projetos com a Associação de Municípios da Cova da Beira para serem colocados e há projetos nacionais como o da Mobi-E mas cujo funcionamento se encontra muito atrasado, fruto da instabilidade financeira de algumas empresas parceiras desse projeto mas nesse entretanto, a EDP já comunicou da possibilidade desse início devido às autorizações para poderem ir para os locais.

Quanto às ETAR's tem de sair um projeto de execução, referindo que são três locais principais e um quarto que há necessidade de fazer.

Em relação à Ribeira dos Toirões, afirmou que há indicação na Divisão do Ambiente para se poder fazer a candidatura para os trabalhos de limpeza da Ribeira, contudo, disse pretender ir mais além dessa limpeza e fazer um estudo de limpeza para a Ribeira dos Toirões e para a Ribeira das Cabras, sendo um assunto que está na ordem do dia para se poder desenvolver. A resolução de se fazer uma pequena intervenção seria mais fácil, mas estão a tentar angariar fundos para fazer uma intervenção a fundo. Se não conseguirem, aí pensarão numa intervenção mais direta, realizada pelo Município.

Em relação aos problemas de pavimentação da Rua do Túnel, disse que há dificuldades em encontrar empresas que se desloquem ao Concelho só para fazer essa pequena intervenção, que é importante, mas têm tido essa dificuldade.

Quanto à limpeza das ruas principais, agradeceu ao Presidente de Junta da Freguesia de Vilar Formoso ter realçado esse empenho do Município em ter as ruas limpas e quanto à queixa de haverem ruas que são menos intervencionadas, afirmou não ter esse conhecimento, mas se o Presidente de Junta tiver essa informação que lhe faça chegar a listagem dessas ruas.

Relativamente à questão da Estrada de ligação de Almeida a Malpartida, a Estrada Municipal 604, confirmou que tem problemas graves, dizendo que têm vindo a reivindicar junto das Águas de Portugal, da empresa que faz a gestão das águas, que sejam indemnizados ou que façam uma intervenção de tirar a conduta da berma da estrada pois concorda que, hoje em dia, aquela ligação não é uma estrada, mas sim uma estrada no meio de tantas reparações. Afirmou que vão continuar a tentar ser ressarcidos pelo mau ato de gestão que está a ser praticado pela empresa, pois esta situação não lhes dá garantias nem de segurança nem de sinalização.

Quanto ao Parque TIR, informou que teve há bem pouco tempo uma reunião junto das Infraestruturas de Portugal sobre este assunto e saiu da mesma "preocupadíssimo com o que lhe foi respondido". Afirmou já ter passado cerca de 1 mês e continuam a insistir para que lhe deem respostas para três situações. Uma delas é o Parque TIR – ligação para Vilar Formoso e a ligação do nó, localizado em Espanha para Vilar Formoso e já se caminha há mais de 8 meses à espera que sejam aprovados. O projeto do Parque TIR está pronto, falta a aprovação e depois a

01 -
MATEUS
Lanq.
Rel. -

assunção dessa despesa por parte do Governo. Infelizmente, disse não ter visto colocado no Orçamento de Estado do ano passado, esperando que vá a tempo de se inserir neste Orçamento ou nalgum dos projetos como o 2030 ou PRR para que esse assunto possa ficar resolvido. Mencionou ainda, que não foi perguntado, mas disse querer informar que a intervenção da Rua do Comércio já está parada há um ano e três meses devido a uma pequena ligação entre a zona junto à Sapataria à ligação da Rotunda do Emigrante e foi para ele muito mau ouvir respostas de não conseguirem aprovar porque há muito trabalho relacionado com o PRR e a equipa técnica ainda não avaliou a questão do pavimento. Há compromissos administrativos a cumprir e é isso que diz que vai exigir às Estradas de Portugal no intento de se recomeçar as obras o mais rápido possível.

Sobre a questão do Senhor Manuel Gomes sobre o PRR, referiu que não vinha preparado o suficiente para lhe poder responder. Disse ter havido uma reunião na Comunidade Intermunicipal onde esteve pela primeira vez com o Presidente para o Acompanhamento dos Fundos PRR em que lhes foi transmitido que estão previstos cerca de 1 milhão e 200 mil euros para o Concelho de Almeida, relacionados com melhorias de equipamentos distritais, ligados à ULS, no Centro de Saúde de Almeida e Extensão de Vilar Formoso. O restante da verba são candidaturas de privados que, entretanto, estão aprovadas. Disse que nessa reunião questionou o Presidente do Acompanhamento, na sequência de ter recebido uma carta do Ministro da Cultura a informar da aprovação de uma verba que rondava 1 milhão e 700 mil euros para se fazer a intervenção nas Muralhas de Castelo Mendo, se iria haver reforço dessa verba uma vez que para além de Castelo Mendo também estava nas intenções do Município, a contemplação de Almeida. Disse que não lhe foi dada resposta afirmativa e até à data ainda não obteve qualquer resposta, dado não perceber ter sido o Ministro a informá-lo daquele valor e porque é aquele valor então ainda não estava no plano.

Quanto à questão da Eurocidade, o Senhor Presidente respondeu que lhes tem ocupado bastante tempo das suas intenções e também há um processo eleitoral que ocorreu na parte espanhola e que resultou na mudança de executivos. Disse que, entretanto, encetou conversas com esses novos executivos no sentido de se chegar a consenso por forma a se conseguir dotar essa Associação com verba suficiente para se constituir uma equipa que faça estudos das candidaturas a nível europeu, mencionando que não tem perspectivas de conseguir candidaturas no Interreg. Quanto ao Interreg, mencionou que a informação que possui da CCDR é que não vai ter dotação financeira suficiente do lado português, facto esse que diz já se estar a sentir porque já se conseguiu aprovação de algumas candidaturas associadas à modernização administrativa e evolução das tecnologias de informação e que estava na perspectiva ter uma candidatura a rondar os 500 ou 600 mil euros com a Junta de Castilla y León mas da parte

→
M. F. T. T. T.
L. A. G.
R. A. B.

portuguesa houve uma redução substancial, de cerca de 130 mil euros daí o Interreg não ser o principal foco.

Quanto à BA 101, disse que têm havido vários atos de vandalismo, foi feita queixa às Autoridades e que foi, entretanto, arquivada pelo Ministério Público. Referiu que já deu indicações para ser o Município a resolver a questão da pintura ou contratar alguma empresa para o fazer, tratar da reparação dos vidros e acionar-se os seguros. Mais disse que é preciso haver um projeto de CCTV para colocar dentro da BA 101, embora saiba que não vai ser isso a impedir os atos de vandalismo, mas poderá persuadir a que não aconteçam. Mencionou que vai haver um reforço de iluminação numa intervenção que está em fase de ser entregue.

Relativamente às Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ) disse ter tido uma ação com a Diocese da Guarda e tem tido algumas conversas com o Pároco local e a perspetiva que há na equipa é que a entrada principal vai ser via aeroportos e não por vias terrestres, no entanto, estão a ser organizadas algumas receções que as próprias comunidades diocesanas estão a tratar. Mencionou que colocou à disposição alguns dos equipamentos do Município, como a Casa da Juventude, e se tiverem números maiores a possibilidade de serem colocados nos pavilhões gimnodesportivos. Disse saber que vai haver uma receção na Malhada Sorda, mas uma receção em grande escala não está prevista.

Antes de passar à Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação, a introdução na Ordem do Dia do assunto apresentado pelos Senhor Presidente da Câmara Municipal, e o qual se designa por “Pedido de Declaração de Interesse Municipal para Operador Turístico das Rotas Equestres, prestado pelo Picadeiro d’El Rey, no Concelho de Almeida “, tendo sido, a sua introdução aprovada, por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu o período da Ordem do Dia pondo à discussão o primeiro ponto:

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo;

Tendo sido presente a informação, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remetida pela Câmara Municipal, sobre o assunto em epígrafe, e recebida por todos os membros da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, afirmando este último colocar-se à disposição para responder a qualquer questão e deixando apenas uma nota sobre

MAIS
Luis
Rob

uma sobreposição de uma intervenção que aparece nas obras concluídas e nas obras em curso que é o Centro Oficial de Recolha de Animais de Companhia do Município. Referiu que o Centro está mesmo em conclusão, no entanto, ainda terá de haver o fornecimento de algum material que não estava incluído naquela empreitada. Concluiu, dizendo que considera que a informação que consta no Relatório é clara e que espelha bem o que tem sido feito.

A Assembleia tomou conhecimento.

Não havendo inscrições para intervir, passou-se ao ponto seguinte.

2. Adesão do Município de Almeida à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago

Considerando que os Caminhos de Santiago são percursos dos peregrinos que afluem a Santiago de Compostela oriundos dos mais diversos pontos e que o Concelho de Almeida se apresenta com elevado potencial para o Turismo Natureza e para o pedestrianismo, para além de que o Município está ciente do importante contributo que O Caminho de Santiago traz para o desenvolvimento turístico e cultural do Concelho, propôs o Senhor Presidente da Câmara que se delibere no sentido de aprovar o pedido de adesão do Município à referida Federação. Mais disse, que há uma procura cada vez maior deste trajeto que é uma variante da rota principal que é a Rota da Prata e que faz a ligação toda pelo lado espanhol, existindo uma variante que atravessa Salamanca e passa por Almeida em direção a Pinhel.

Inscreeveu-se para intervir a deputada Sara Correia, que afirmou que a “apraz que o Município queira aderir a esta Federação uma vez que também acredita que será uma iniciativa importante para o concelho no sentido da promoção e divulgação do nosso território”, querendo saber mais em concreto, que ações estão em mente ou já em prática. Referiu que o percurso dado pelo Senhor Presidente da Câmara era Almeida-Pinhel, mas que gostaria de saber quais as freguesias de Almeida que estão envolvidas e o que é que já está a ser preparado. Por fim, questionou o que está a ser preparado em termos de divulgação turística e cultural.

O Senhor Presidente respondeu que o caminho passa por Almeida, União de Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova e também a União de Freguesias de Azinhal, Peva e Valverde, e que não passa apenas da consolidação de um trajeto que já houve no passado, embora possam haver outros. Afirmou também, que esta adesão também poderá levar a outras possibilidades, dando como exemplo o Caminho do Carril, que faz a ligação do concelho do Sabugal ao concelho de Almeida e concelho de Pinhel pode também ser colocado na equação e todas as igrejas que estão associadas ao troço do Caminho do Carril, desde Malhada Sorda, Freineda, Sra. do Mosteiro, Almeida, Azinhal, Valverde, todas elas têm símbolos e mostras do Caminho de Santiago.

A -
MAJFW
Lndg
Ral

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para congratular sobre esta adesão pois é, segundo sua opinião, um produto turístico importante. Mais informou, que também esteve ligado ao projeto da Rota “Villa Ruel”, que designa o traçado entre Salamanca e Santiago de Compostela e que surgiu durante a Reconquista Cristã como alternativa para os peregrinos que vinham pela “Ruta de la Prata” e que encontravam dificuldades a norte de Salamanca porque era um caminho inseguro. Referiu ter sido um entusiasta do lançamento deste projeto e disse ser importante criar condições para ser um caminho atrativo, através de definição de um itinerário, etapas e locais de alojamento para que não caia no esquecimento.

Proposto a votação, foi aprovado, por unanimidade, a adesão à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, aprovando-se o pagamento da quota anual de 500,00€ (quinhentos euros), remetendo o processo a visto do Tribunal de Contas, conforme previsto no n.º 2, do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

3. Carta Educativa do Município de Almeida

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o documento de Revisão da Carta Educativa do Município de Almeida, afirmando ser um relatório que pretende estabelecer a atualização das dinâmicas do sistema educativo e a caracterização da rede escolar atual do concelho e, em função das mesmas, a calibração da programação da Carta Educativa e o enquadramento do concelho nas metas nacionais. Mais referiu, que a Carta Educativa teve a participação de várias equipas, nomeadamente do Conselho Municipal de Educação, e relembrou que é um documento que está em permanente desatualização, salientando, contudo, que se cumpriu a obrigação de rever a Carta.

Inscreveu-se para intervir o deputado José Gonçalves para questionar se foram detetadas desconformidades pelo organismo governamental que em matéria de educação tinha de se pronunciar, ao que o Senhor Presidente respondeu que não. No seguimento desta intervenção, tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dar nota de que compreende a amplitude da questão do Senhor José Gonçalves, uma vez que ambos fazem parte do Conselho Municipal de Educação e ambos deram sugestões na revisão da Carta Educativa. Mais disse, pedindo desculpa, que “a Carta Educativa é chapa cinco, sendo um documento igual ou muito semelhante a todos os Municípios” e dizendo que há um problema que o preocupa bastante que é o da sustentabilidade, tendo-o realçado na sua intervenção da altura no Conselho Municipal e querendo reiterá-lo novamente na Assembleia. Afirmou que, que com a delegação de competências o que está a ser feito é uma transferência de problemas e não de competências, tendo-se transferido uma série de problemas económicos, financeiros, sociais. No caso de Almeida, disse, os edifícios já tiveram obras e houveram remodelações recentes, mas são edifícios que vão custar muitos milhares de euros, temendo que no futuro

seja mais um grande problema para os Municípios, principalmente como o Município de Almeida que é um município de poucos recursos financeiros e tentou que isso ficasse registado na Carta Educativa.

Proposto a votação, foi aprovado por unanimidade, a Carta Educativa do Município de Almeida.

4. Modificação aos Documentos Previsionais n.º 10, 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre a 10.ª Modificação aos Documentos Previsionais, 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023 explicou que este documento resulta de uma candidatura, de uma possibilidade de se fazer uma intervenção na Habitação a Custos Acessíveis, um projeto da Comunidade Intermunicipal e no qual se colocou um objetivo bastante avultado. Afirmou, que estão numa primeira fase a fazer intervenção do tipo de habitações e numa segunda fase, que também está em plano, para se poder propor e executar, embora ainda hajam algumas dúvidas neste Programa, nomeadamente o cálculo das rendas e o funcionamento do próprio Programa. A necessidade desta rubrica aconteceu porque o Município é uma parte ativa, que depois faz a ligação com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que vai ficar proprietário dessas habitações e das construções que se possam vir a fazer com este projeto.

Mais disse, que também foi necessário introduzir outra rubrica, relativa à sinalização vertical da Rua do Comércio, em Vilar Formoso; umas correções, na sequência do projeto *Mais Perto de Ti Mais Saúde*; e devido à necessidade de se adquirir viaturas, na sequência de um acidente de viação.

Sem intervenções, o Presidente da Assembleia colocou em votação a 10.ª Modificação aos Documentos Previsionais, 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, tendo o documento sido aprovado, por maioria, com onze abstenções dos deputados: Maria Helena Dias Alves, João Filipe Saraiva Coelho, José Manuel Fernandes Gonçalves, Tânia Sofia Martins Martinho, Jaime Luís Sieiro Varelas, António José Vieira de Frias, Maria Manuela dos Santos Veiga e Paulo, Sara Maria Fernandes Pires Correia, Pedro Miguel Espinha Mota, Carlos Alberto dos Santos Rodrigues, André Duarte Lopes da Silva.

5. 1.ª Alteração ao Mapa Pessoal de 2023

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que informou que esta alteração ao Mapa de Pessoal se deve à colocação de um lugar de Técnico Superior no Gabinete de Comunicação e Relações Públicas e para se corrigir algumas

MAEJIN
Loreli
Rafael

inconformidades. Mencionou a dificuldade de leitura do documento, mostrando-se disponível para responder a qualquer questão.

Solicitou intervenção a deputada Tânia Martinho, congratulando-se por o Presidente realçar e ir tentar corrigir a dificuldade de análise do documento, deixando como sugestão o documento passar a apresentar uma nota introdutória. Referiu que esteve a fazer uma análise deste documento comparativamente a anteriores e em reunião de Câmara de dia 3 de janeiro deste ano o Senhor Presidente de Câmara afirmou, a propósito do SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública), que os resultados só iriam aparecer em março ou abril. Disse ter feito pesquisa na página do Município e averiguado junto dos vereadores, mas essas informações ainda não estão disponíveis, sendo sua opinião que seria uma ferramenta adicional para avaliarem estas questões relacionadas com o Mapa de Pessoal. Concluiu, questionando, se o resultado do SIADAP já está disponível para que possam consultar.

O Senhor Presidente respondeu que a avaliação foi feita e comunicado à DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) o resultado final, dizendo não perceber muito bem qual é em concreto a dúvida.

Retomou a palavra a deputada para lhe responder que a dúvida é que, em alguns municípios são publicadas informações sobre este tema, nomeadamente, processos de eleição de comissões paritárias, calendarização de procedimentos e fixação de objetivos, que são ferramentas interessantes e nas quais o Partido Socialista está interessado para que possa melhorar através do seu contributo, as condições de todos os trabalhadores. Perguntou ao Senhor Presidente a quem tem de dirigir o pedido formal para ter esse acesso, uma vez que não está publicado. O Senhor Presidente respondeu-lhe que tem de o solicitar junto da Divisão Administrativa. Disse que as suas intenções já estão vertidas porque já foram colocadas no próximo ciclo avaliativo, fazendo-se reuniões com os sindicatos dos trabalhadores, dizendo que continua sem perceber a dúvida que subsiste e se o Partido Socialista tem sugestões que as faça. A deputada respondeu que para fazer sugestões tem de ter algumas informações, querendo consultar os processos anteriores para poderem fazer um trabalho de seguimento do que já foi feito e do que virá a ser feito.

Não havendo mais intervenções, foi proposto pelo Presidente da Assembleia o assunto a votação, tendo sido aprovado, por maioria, a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2023, com onze abstenções dos deputados: Maria Helena Dias Alves, João Filipe Saraiva Coelho, José Manuel Fernandes Gonçalves, Tânia Sofia Martins Martinho, Jaime Luís Sieiro Varelas, António José Vieira de Frias, Maria Manuela dos Santos Veiga e Paulo, Sara Maria Fernandes Pires Correia, Pedro Miguel Espinha Mota, Carlos Alberto dos Santos Rodrigues, André Duarte Lopes da Silva.

di -
MARTINHO

Level.
R. -

6. Transferências de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias

Sobre este assunto, explicou o Presidente da Câmara que houveram reuniões com as Juntas de Freguesia de Almeida e Vilar Formoso na tentativa de se conciliar o processo. No caso da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, conseguiu-se alcançar um consenso para se chegar a um acordo e assinatura final. A Junta de Freguesia vem reivindicando que sejam considerados retroativos, tendo-os informado que podem ser feitos retroativos em relação ao trabalho das ceifas, mas em relação aos outros trabalhos, por não terem sido realizados não há possibilidade de o fazer. Quanto à Freguesia de Almeida, chegou-se a um consenso, tendo a Junta manifestado que não teria condições de assegurar a parte da ceifa. O Presidente afirmou que este é um processo dinâmico.

Inscreeveu-se para intervir o Presidente de Junta de Freguesia de Vilar Formoso, André Silva, para dizer que gostaria de dar conhecimento a todos sobre este processo, nomeadamente, em relação às minutas e contrapartidas financeiras que foram alvo de aprovação em sede de executivo de freguesia no dia 8 de junho e retificada em Assembleia, dia 19 de junho. No entanto, disse que esta aprovação vai no pressuposto de salvaguardar algumas questões. Cita-se: “De acordo com a cláusula 1 do ponto 1 b, assumindo a freguesia a limpeza de vias e locais identificados, todas as restantes vias e locais e zonas desta vila ficam sobre a responsabilidade do Município, acabando-se assim com ruas e passeios, etc., da Junta e outras do Município, salvaguardar a delegação de competências relacionadas com a realização das ceifas e os respetivos valores atribuídos que estejam sempre relacionados e no pressuposto da sua realização pela Associação de Freguesias da Raia e do Côa. No caso desta Associação não o pretender realizar, mesmo por motivos alguns que nos seja alheio, esta competência voltará a égide do Município. Os pressupostos nos serem facultados, desde logo regulamentos das competências delegadas, apenas na sua posse poderemos exercer de forma regulamentar estas atividades/competências e vou acrescentar mais para poder explicar este ponto. Existe uma necessidade de uniformizar todos os procedimentos em todas as Juntas de Freguesia e daí a nossa preocupação. Tendo em conta que esta proposta é em tudo idêntica, em termos de valores envolvidos, à proposta apresentada por este Executivo em setembro de 2022 e recusada pelo Município, encontrando-se a freguesia de Vilar Formoso alheia a esta tomada de decisão cumprindo-se assim todos os pressupostos e princípios de igualdade e equidade entre o tratamento desta freguesia e as restantes freguesias e uniões de freguesias do concelho por parte do Município. Solicitamos que os valores definidos nesta proposta sejam atribuídos na sua globalidade, tendo em conta que se encontra descrito na atual minuta, aprovada de reunião de executivo municipal de 20 de junho, que identifica as contrapartidas financeiras para o ano corrente no total de vinte e sete mil euros, aproximadamente. Em relação às duas primeiras

da -
MESTRO
leneli
Rob

questões, já obtivemos o esclarecimento e a resposta por parte do Município, não podendo deixar de salvaguardar as questões da necessidade da apresentação e entrega de todos os regulamentos das competências delegadas ou procedimentos, mesmo que não haja regulamentos, existem procedimentos que todas as Juntas devemos cumprir por igual e é uma maneira de nos ajudarmos uns aos outros, bem como a retroatividade das contrapartidas financeiras, encontrando-se, no entanto, a freguesia disponível para negociar o valor das mesmas. Acreditamos que iremos conseguir chegar a um entendimento tendo em conta a importância e o real interesse para ambas as entidades.”

01-
MATEUS
LemG.
Red-

Em resposta ao lido pelo Senhor André Silva, o Presidente da Câmara afirmou que há questões que não podem ser colocadas no próprio Auto de Transferência. Disse que o Auto de Transferência faz o tratamento de todas as Juntas de Freguesia de igual forma e não podem fazer tratamentos diferenciados. Nenhuma competência relacionada com o tipo de intervenções, a Câmara, a proposta que fez, foi a Câmara assumi-las e essa é a partida número um, pelo que disse que aquelas dúvidas que ainda possam subsistir, acha que devem ser retiradas. Em relação ao que é reivindicado, de fazer com retroativos aquilo que pode ser executado disse ter essa abertura e será efetuado. Aquilo que não tiver condições de ser executado, não pode fazer, dizendo ainda que não pode ali concluir que é um acordo entre a Junta de Freguesia e Câmara que há entrada de uma entidade para outra. A Junta de Freguesia de Almeida decidiu sair da Associação de Freguesias, a Junta de Freguesia de Vilar Formoso ainda se mantém na Associação, pelo que é com a Associação de Freguesias que tem de tratar desse assunto. Quanto tiver dificuldades de fazer e não conseguir fazer, dirige-se à Câmara para se poder chegar a um consenso. Afirmou que existem outras Juntas que também decidiram sair e estão elas a assegurar esse trabalho e se o assegurarem recebem, se não o assegurarem devidamente terão que agir em conformidade. Concluiu dizendo, que se fez um trabalho de se chegar a um consenso, e que está ali vertido no documento, assumindo perante a Assembleia Municipal que têm de ser dados passos nos regulamentos, nas normas, podendo melhorar em procedimentos idênticos para todos mas que esse é um trabalho que tem de se ir fazendo porque aquilo que está a ser feito pelas Juntas de Freguesia ainda não justifica muito daquilo que já estão a transferir, estando dispostos a fazer esse trabalho em conjunto.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou se haviam mais intervenções. Não havendo, colocou os documentos separadamente a votação.

Proposto a votação, a minuta do Auto de Transferência e Reversão de Competências entre o Município de Almeida e a Junta de Freguesia de Almeida, foi o mesmo aprovado, por unanimidade.

Proposto a votação, a minuta do Auto de Transferência e Reversão de Competências entre o Município de Almeida e a Junta de Freguesia de Vilar Formoso, foi o mesmo aprovado, por unanimidade.

to -
Município
Lana G.
Rel -

7. Águas do Vale do Tejo, S.A. – Pedido de Declaração de Nulidade de Sentença do tribunal Arbitral

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que naquele documento está bem clara a intenção que têm as Águas do Vale do Tejo e o Governo, de tratar deste assunto. Afirmou ter tido uma reunião com o Ministro do Ambiente, onde se definiu a necessidade de fazer um grupo de trabalho para se tratar do assunto da dívida que existe ou melhor, que não existe, pelo menos é o que considera o Município de Almeida, sendo sua opinião, que no caso do Município têm é de ser ressarcidos. Disse que o documento enviado aos deputados cumpre o propósito de lhes dar conhecimento do processo e do que foi falado nessa reunião.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia para expressar a sua preocupação com aquilo que já previa que viesse a acontecer e que realmente as Águas do Vale do Tejo viessem contestar a decisão favorável do Tribunal Arbitral. Dirigindo-se ao Presidente de Câmara, questionou sobre quem ficou de liderar o tal grupo que iria ser criado e quando aconteceu a reunião. O Presidente da Câmara respondeu que a reunião aconteceu na primeira semana de março e que o grupo de trabalho iria ser liderado pelo Ministro do Ambiente, devendo delegar no Secretário de Estado do Ambiente, que também estava presente nessa reunião. Disse ser uma equipa constituída pela parte governativa, pelo grupo das Águas de Portugal, pelas Águas do Vale do Tejo e pelos Municípios, mas que ainda não houve convocação, para até, inclusive, se definir também uma equipa dentro da própria estrutura do Município de Almeida.

Ouvida a informação, o Presidente da Assembleia afirmou que volvidos 4 meses, o Governo também parece não estar muito interessado em resolver a situação, lamentando o facto.

8. Pedido de Declaração de Interesse Municipal para Operador Turístico das Rotas Equestres, prestado pelo Picadeiro d'El Rey, no Concelho de Almeida

O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta candidatura tem como intenção, criar um produto turístico diferenciador do que existe em Portugal. Afirmou ter vindo a participar em algumas reuniões relacionadas com o turismo equestre mundial, dando passos nesse sentido, até por passarem a pertencer à Associação Nacional. Referiu pretender, juntamente com outros municípios, criarem uma associação relacionada com o cavalo e aquele produto turístico e foi feito o trabalho de se marcar no terreno rotas temáticas, com o contrabando, com as invasões

francesas, com a parte cultural e arquitetónica, com os monumentos que temos no concelho, Castelo Bom, Castelo Mendo, Almeida, rotas ligadas ao Côa. O que se pretende com esta candidatura é não só, dotar o Picadeiro com equipamentos para se poder dar essa resposta, mas também dotar os trajetos com equipamentos que sirvam de apoio para essas rotas.

Dada a comprovada urgência de concluir esta candidatura e uma vez que não foi atempadamente enviada a informação apresentada a todos os membros da Assembleia, foi comunicado ao secretariado que fizesse chegar a mesma a todos e pedido pelo Senhor Presidente da Câmara ao Senhor Presidente da Assembleia que o assunto fosse votado.

Proposto a votação, foi aprovado por unanimidade, a Declaração de Interesse Municipal para Operador Turístico das Rotas Equestres, prestado pelo Picadeiro d'El Rey, no Concelho de Almeida.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que, nos termos do disposto no artigo 49.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais fixa-se o período de intervenção aberto ao público, relembrando que este período está contido no Regimento da Assembleia Municipal de Almeida, nos pontos 1 e 3, do artigo 20.º, sendo dado 5 (cinco) minutos a cada intervenção, não podendo exceder um total de 30 (trinta) minutos, solicitando, de seguida, a cada um dos intervenientes que identifique, de forma clara, o assunto a tratar.

Inscreveram-se para intervir, os cidadãos José Guilherme Abranches e José António Espinha.

O Senhor José Guilherme Abranches disse que, por lapso, se esqueceu de sugerir no Período de Antes da Ordem do Dia, que fosse apresentado Voto de Pesar, em virtude do falecimento do Senhor José Carlos Barroco, que foi vereador na Câmara Municipal de Almeida a representar o Partido Socialista. Nesse sentido, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia se podia apresentá-lo naquele momento. O Senhor Presidente da Assembleia respondeu-lhe que não se esqueceu, mas que o que é prática comum e o que está protocolado é prestar-se essa homenagem a quem passou pela Assembleia Municipal. Apesar de manter, ele próprio com o Senhor Barroco uma relação de grande amizade e terem convivido ele enquanto Presidente de Junta e ele enquanto vereador, afirmou que não vai fugir ao Protocolo.

Seguidamente, deu a palavra ao Técnico Superior José António Espinha, procedendo o mesmo à leitura de um pequeno texto de despedida, por motivos de aposentação, passando-se a citar: “Tudo na vida tem o seu fim. No próximo dia 30 e após quase 39 anos termina a minha carreira administrativa que creio ter desempenhado com sucesso. Foi uma honra ter servido a

di -
MARTO
lanely.
Red -

Câmara Municipal de Almeida, a Assembleia Municipal e todos os munícipes, especialmente, os do Concelho de Almeida. Resta-me agradecer a todos os Senhores Presidentes de Câmara, Senhores Vereadores, todos os Diretores de Departamento que muito contribuíram para o meu sucesso profissional. Agradecer também a todos os Senhores Presidentes de Juntas e Uniões de Freguesia, a todos os membros da Assembleia Municipal com quem privei durante todos estes anos, bem como a todos os colegas de trabalho que também contribuíram para o bom desempenho das funções que me foram atribuídas. Não fui o melhor nem o pior, mas simplesmente diferente. A todos desejo as maiores felicidades, muita saúde, longa vida e um grande bem-haja. Abraço". Concluiu a sua intervenção, desejando as maiores felicidades à colega que o substituirá. O Senhor Presidente da Assembleia dirigiu-lhe algumas palavras, começando por afirmar que já se conhecem há muitos anos e que, para além da relação laboral que mantêm, também têm ligação de amizade com muitos momentos de convívio, querendo dizer, perante todos, que foi sempre um funcionário diligente, dedicado, desejando para o futuro muitas felicidades para ele e para a sua família e que goze bem a reforma.

Pediu para intervir o Senhor Presidente da Câmara, dizendo não querer, de forma alguma, romper o protocolo, mas que gostaria de dizer ao José António que mesmo que chegasse a reforma ele teria de fazer esta Assembleia, agradecendo o trabalho por ele desenvolvido, pela relação de amizade que também desenvolveram ao longo do tempo que trabalharam juntos e por toda a sua dedicação para com a Câmara e dizendo-lhe para, de vez em quando, os visitar.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Lavradas e lidas as deliberações constantes desta ata, foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata, pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, ficando aprovada, por unanimidade, a minuta desta ata da Assembleia Municipal de Almeida, em ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foram colocados os pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 a votação em minuta, tendo sido os mesmos aprovados, por unanimidade, para produzir efeitos imediatos e executórios.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram doze horas, do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte dois, quando o senhor Presidente da Mesa da Assembleia

MAIS
leneli.
Rol

Municipal de Almeida, deu por encerrada a presente sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, pelo Primeiro Secretário, João Paulo Pires Rolim, pelo Segundo Secretário, Mariana de Almeida Estevão, e por mim, Lara Gomes Silva, que a subscrevi.

O Presidente da Mesa António Baptista Ribeiro

O Primeiro Secretário João Paulo Pires Rolim

O Segundo Secretário Mariana de Almeida Estevão

O Assistente Técnico Lara Gomes Silva